



## **PORTARIA Nº 40, DE 23 DE JULHO DE 2024.**

Constitui a comissão responsável pelo projeto Meio Ambiente, alinhado à iniciativa 4.7 do plano estratégico 2024-2029 da Atricon.

O **presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil**, considerando o objetivo disposto no inciso III do art. 2º e as competências que lhe são atribuídas pelo inciso X do artigo 17 do Estatuto da Associação e

**CONSIDERANDO** o plano estratégico da Atricon para o período 2024-2029, que prevê como uma de suas iniciativas “4.7 Fomentar a atuação coordenada do Sistema Tribunais de Contas em temas estratégicos e de alto impacto econômico e social”, vinculada ao objetivo estratégico de “4. Promover a integração do Sistema Tribunais de Contas do Brasil”;

**CONSIDERANDO** que o projeto Meio Ambiente – que atende à iniciativa 4.7 do plano estratégico 2024-2029 da Atricon – integra os Direcionadores Estratégicos da Gestão 2024-2025, aprovados pela Direção da Atricon e pelo Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas em reuniões realizadas nos dias 11 e 12 de março de 2024, respectivamente, no TCE-SC;

**CONSIDERANDO** o Plano de Gestão 2024-2025, aprovado pela Direção da Atricon em reunião realizada no dia 18 de junho de 2024, no TCE-SE;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Constituir a comissão responsável pelo projeto Meio Ambiente, integrada pelos seguintes membros e servidores de Tribunais de Contas do Brasil:

- I. Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro (TCE-AC) – coordenador-geral;
- II. Conselheira Ann Clélia de Barros Pontes (TCM-PA);
- III. Conselheiro Antonio José Guimarães (TCM-PA);



- IV. Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (TCE-AM);
- V. Conselheiro Paulo Rangel de Lima (TCM-BA);
- VI. Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (TCE-AM);
- VII. Cirléia Carla Sarmento Santos Soares (TCE-RO) – secretária executiva;
- VIII. Ana Sophia Besen Hillesheim (TCE-SC);
- IX. Ayamy da Costa Migiyama (TCE-PA);
- X. Dirlei Bersch (TCE-AC);
- XI. Fábio Alex de Melo (TCE-MA);
- XII. Felipe Freire Monteiro (TCE-PA);
- XIII. Felipe Mottin Pereira de Paula (TCE-RO);
- XIV. Henrique Pereira Santos Filho (TCE-BA);
- XV. Ikaro Peres Cunha (TCE-TO);
- XVI. Iracema de Lourdes Teixeira Vieira (TCM-PA);
- XVII. Irailton Sousa (TCE-AC);
- XVIII. Iranildo Ferreira Pereira (TCM-PA);
- XIX. Jonas Rocha de Almeida (TCE-AM);
- XX. Juliana Moreira (TCE-AC);
- XXI. Marcos dos Santos Cortes (TCE-AP);
- XXII. Maurício Oliveira de Souza (TCE-AP);
- XXIII. Paulo Renan Rodrigues de França (TCE-AM);
- XXIV. Sheila Lima Pamplona (TCM-PA);
- XXV. Valdélia Vieira dos Santos Lena (TCE-RR).

§ 1º O projeto será planejado e executado pela comissão sob a liderança da Vice-Presidência de Desenvolvimento do Controle Externo e em conformidade com os direcionadores estratégicos elencados a seguir:

- I. orientar-se pelos direcionadores estratégicos e pelos pilares da gestão: unidade, continuidade, integração e inovação;
- II. orientar-se pelos compromissos assumidos na Carta pela Amazônia, aprovada no I Congresso Ambiental dos TCs;
- III. executar as ações relacionadas aos ACT celebrados pela Atricon com os Tribunais de Contas da Amazônia Legal, a Transparência Internacional Brasil e o Instituto Arapyauá - ACT s/nº/2022-MapBiomias;



- IV. coordenar as ações previstas no Plano de Controle para a Sustentabilidade elaborado pelo Grupo Técnico Ambiental da Amazônia Legal;
- V. realizar a coordenação da Ação 04/2024 da ENCCLA sobre sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva do gado;
- VI. colaborar com as ações 02, 03 e 06/2024 da ENCCLA sobre avaliação de riscos de integridade do processo de licenciamento ambiental e sobre mecanismos de rastreabilidade da cadeia produtiva da madeira;
- VII. apoiar a realização da 3ª edição do Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas no Amapá.
- VIII. fomentar e apoiar os TCs no aprimoramento de fiscalizações e auditorias ambientais, em alinhamento com o QATC 18 do MMD-TC;
- IX. fomentar e apoiar os TCs na implementação da Resolução Atricon 02/2021 (ou a que a substituir), no que couber;
- X. integrar ações com o Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do IRB e o Colégio de Presidentes de Tribunais de Contas da Amazônia Legal;
- XI. promover o alinhamento das ações do projeto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;
- XII. fomentar a inserção da temática nos eventos e produtos da Atricon;
- XIII. alinhar-se, no que couber, com o ACT s/nº/2022 - TCs da Região Norte e ACT s/nº/2022 - TCE-SP/ tecnologia para fiscalizações ordenadas;
- XIV. prestar contas e informações sobre ações e resultados;
- XV. promover a integração com os potenciais parceiros: IRB, CNPTC, Abracom, Audicon, Ampcon, ANTC, TCs, Enccla, Colégio de Presidentes de TCs da Amazônia Legal, Rede Seconex, Rede STI, Rede Integrar, Governo Federal: MMA, MDA, SPU; Oscips: TI-BR, Arapiaú, entre outros.

§ 2º Se houver necessidade, o presidente da Atricon poderá constituir grupos de trabalhos para estudos e entregas especializadas, em subsídio à Comissão.

§ 3º As atividades da comissão serão realizadas prioritariamente de modo remoto e, excepcionalmente, de modo híbrido, sem exigir dedicação exclusiva de seus integrantes.



**Art. 2º** Os casos omissos serão decididos pelo presidente da Atricon.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação.



Conselheiro **EDILSON SILVA**  
Presidente